

ANEXO 29 DO EDITAL 04/2007-PRH CONCURSO PÚBLICO PARA PROFESSOR NÃO-TITULAR

Departamento de Direito Privado e Processual Área de conhecimento: (29) DIREITO PROCESSUAL PENAL

Tipos de provas para esta área de conhecimento:

Prova escrita, prova didática e avaliação do *curriculum vitae*

PROGRAMA DE PROVA

1. Direito Processual Penal: a) conceito; b) conteúdo; c) denominação; d) autonomia; e) importância; f) princípios constitucionais e infraconstitucionais. 2. Inquérito Policial: a) conceito; b) natureza; c) finalidade; d) características; e) instauração; f) procedimento; g) encerramento; h) arquivamento; i) valor probatório; j) termo circunstanciado e medidas despenalizadoras nos juizados especiais criminais (Lei n. 9.099/95). 3. Ação Penal: e) condições objetivas e extintivas de punibilidade; f) espécies de ação penal pública Ação Penal: a) conceito; b) condições genéricas; c) condições específicas; d) condições de procedibilidade; e) condições objetivas e extintivas de punibilidade; f) espécies de ação penal pública e privada e respectivos princípios; q) juízo de admissibilidade positivo e negativo; h) início; i) extinção. 4. Denúncia e queixa crime: a) conceito; b) titularidade; c) requisitos; d) prazos; e) aditamento; f) rejeição. 5. Jurisdição Penal: a) conceito; b) princípios; c) características; d) objeto; e) órgãos e estrutura do Poder Judiciário; f) conflitos. 6. Competência Penal: a) conceito; b) critérios determinadores na Constituição Federal e nas Constituições Estaduais, bem como no Código de Processo Penal e em leis especiais; c) modificações; d) unidade e separação de processo; e) conflitos. 7. Citação do réu: a) por mandado; b) por edital; c) requisitos intrínsecos e extrínsecos; d) efeitos; e) suspensão do processo e da prescrição (art. 366). 8. Intimação e notificação: a) conceito; b) distinção; c) contagem dos prazos processuais. 9. Exceções processuais: a) conceito; b) espécies; c) processamento e efeitos. 10. Incidente de insanidade mental do réu: a) instauração; b) consegüências do resultado da perícia durante o processo e na fase de execução da pena. 11. Defesa do réu: a) defesa técnica; b) autodefesa; c) interrogatório; d) defesa deficiente e falta de defesa; consegüências. 12. Prova: a) conceito; b) objeto; c) provas vedadas: ilícitas e ilegítimas, ilícitas por derivação; d) prova ilícita e o princípio da proporcionalidade; e) princípios; f) meios; g) ônus; h) sistemas de avaliação. 13. Nulidades: a) conceito: b) atos essenciais e não essenciais ao processo: c) nulidades absolutas e relativas; d) saneamento das nulidades; e) argüição; f) conseqüências da declaração judicial da nulidade. 14. Sujeitos processuais: a) Juiz; b) Ministério Público; c) acusado e seu defensor; d) Assistente; e) funcionários da Justiça; f) peritos e intérpretes. 15. Processo e procedimento penal: a) conceito; b) procedimentos comuns; c) procedimentos especiais previstos no CPP. 16. Prisão Provisória: a) espécies; b) requisitos constitucionais e infraconstitucionais; c) prazos. 17. Liberdade provisória: a) conceito; b) sem fiança: hipóteses; c) com fiança: requerimento, fixação do valor, pagamento, quebramento e cassação da fiança. 18. Decisões do Poder Judiciário: a) conceito; b) espécies; c) requisitos formais; d) coisa julgada formal e material; e) caráter determinativo da sentenca penal condenatória. 19. Recursos: a) conceito; b) princípios; c) espécies; d) pressupostos objetivos e subjetivos de cada recurso; e) procedimentos recursais nos juízos a quo e no ad quem; f) efeitos. 20. Acões autônomas de impugnação: a) habeas corpus; b) revisão criminal; c) mandado de segurança. 21. Execução penal: a) objetivos; b) caráter jurisdicional; c) competência; d) individualização da execução; e) faltas disciplinares/procedimento e os princípios da legalidade e da ampla defesa; f) cumprimento das penas privativas de liberdade e de medidas de segurança: regimes, progressões e regressões; g) remição da pena pelo trabalho e pelo estudo; h) incidentes; i) excesso ou desvio; j) procedimento judicial; I) recurso de agravo das decisões do juiz da execução.



fl. 2 do Anexo 29 do Edital 04/2007-PRH

REFERÊNCIAS

ARANHA, Adalberto José Q. T. de Camargo. Da prova no Processo Penal.

BARROS, Romeu Pires de Campos. Processo Penal Cautelar. Sistema do Processo Penal Brasileiro.

CAPEZ, Fernando. Processo Penal.

DEMERCIAN, Pedro Henrique e MALULY, Jorge Assaf. Curso de Processo Penal. São Paulo: Atlas.

DELMANTO Junior, Roberto. As Modalidades de Prisão Provisória e seu Prazo. Renovar.

FERNANDES, Antonio Scarance. *Processo Penal Constitucional*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

GARCIA, Basileu. Comentários ao Código de Processo Penal.

GOMES Filho, Antonio Magalhães. Direito à Prova no Processo Penal.

GOMES, Luiz Flávio. Juizados Criminais Federais.

GRECCO Filho, Vicente. Tutela Constitucional das Liberdades. São Paulo: Saraiva, 1989.

GRINOVER, Ada Pelegrini. Condições de Ação Penal.

GRINOVER e Outros. Nulidades no Processo Penal.

GRINOVER e Outros. Recursos no Processo Penal.

GRINOVER e Outros. Juizados Especiais Criminais.

JASON ALBERGARIA. Comentários à Lei de Execução Penal.

JESUS, Damásio E. Código de Processo Penal Anotado.

JESUS, Damásio E. Lei dos Juizados Especiais Criminais.

LIRA, Roberto. Comentários ao Código de Processo Penal.

MAGALHÃES NORONHA, E. Curso de Direito Processual Penal.

MARQUES, José Frederico. Elementos de Direito Processual Penal.

MARQUES, José Frederico. Tratado de Direito Processual Penal.

MIRABETE, Júlio Fabrini. Processo Penal.

MIRABETE, Júlio Fabrini. Juizados Especiais Criminais

MOSSIN, Hercílio Antonio. Processo Penal. 4 vs. São Paulo: Atlas.

NOGUEIRA, Paulo Lúcio. Curso Completo de Processo Penal.

ROMERO, Jorge Alberto. Da Ação Penal.

SALLES JÚNIOR, Romeu A. Inquérito Policial e Ação Penal.

TORNAGHI, Hélio Bastos. Curso de Processo Penal.



fl. 3 do Anexo 29 do Edital 04/2007-PRH

TORNAGHI, Hélio Bastos. Instituições de Processo Penal.

TOURINHO Filho, Luiz F. Costa. Direito Processual Penal.

TOURINHO Filho, Luiz F. Costa. Juizados Especiais Criminais.

TOURINHO Filho, Luiz F. Costa. Prática de Processo Penal.

TUCCI, Rogério Lauria. Direitos e Garantias Individuais no Processo Penal. São Paulo: Saraiva.

SILVA, Odir Odilon Pinto da e BOSCHI, José A. Paganella. Comentários à Lei de Execução Penal.

TABELA DE PONTUAÇÃO PARA AVALIAÇÃO DE CURRICULUM VITAE

TABELA 1. PONTUAÇÃO NÃO CUMULATIVA (6,0 NO MÁXIMO)

	Formação Acadêmica	Pontuação
1.1	Livre-docência com doutorado	6,0
1.2	Doutorado	5,5
1.3	Mestrado	5,0

TABELA 2. PONTUAÇÃO CUMULATIVA (4.0 NO MÁXIMO)

Atividad títulos	es docente, profissional, produção acadêmica e outros	Pontuação por itens	Pontuação máxima por bloco	
2.1	Magistério superior na graduação.	0,1 por semestre	1,0 no máximo	
2.2	Magistério na pós-graduação.	0,1 por disciplina		
2.3	Projeto de pesquisa, ensino e extensão concluída.	0,025 por ano e por projeto	0,1 no máximo	
2.4	Projeto de extensão e ensino permanente.	0,025 por ano e por projeto		
2.5	Orientação na área ou em área afim como atividade técnica.	0,02 cada		
2.6	Orientação de trabalho de iniciação científica.	0,01 cada	0,15 no máximo	
2.7	Orientação de monografia de especialização.	0,02 cada		
2.8	Orientação de dissertação de Mestrado	0,025 cada		
2.9	Orientação de tese de doutorado.	0,05 cada		
2.10	Participação em banca examinadora de concurso para magistério superior.	0,01 cada	0,15 no máximo	
2.11	Participação em banca examinadora de especialização e banca de qualificação.	0,015 cada		
2.12	Participação em banca examinadora de defesa de mestrado.	0,02 cada		
2.13	Participação em banca examinadora de defesa de doutorado.	0,025 cada		
2.14	Docência no curso de atualização ou extensão em nível superior.	0,025 cada	0,15 no máximo	
2.15	Conferência e palestra na área ou em área afim.	0,01 cada		

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ PRÓ-REITORIA DE RECURSOS HUMANOS E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS



fl. 4 do Anexo 29 do Edital 04/2007-PRH

2.16	Coordenação de curso de pós-graduação	0,02 por ano	0,15 no	
2.17	Coordenação de curso de graduação	0,02 por ano		
2.18	Cargo administrativo.	0,02 por ano		
2.19	Participação em órgão de colegiado			
2.20	Cargo de direção, supervisão e orientação nas área de Magistério do Ensino Fundamental e do Ensino Médio	0,01 por ano	máximo	
2.21	Livro editado: autor.	0,20 cada	0,5 no máximo	
2.22	Livro editado: co-autor ou editor	0,15 cada		
2.23	Livro editado: tradutor ou revisor técnico	0,10 cada		
2.24	Artigo em revista especializada /científica indexada e capítulo: co-autor.	0,10 cada		
2.25	Artigo em revista especializada /científica capítulo: co-autor.	0,05 cada	1,25 no máximo	
2.26	Artigo em revista não-especializada e não indexada e em anais de encontro científico	0,02 cada		
2.27	Outra publicação	0,01 cada		
2.28	Apresentação de trabalho em evento de natureza técnico científica e cultural	0,01 cada	0,1 no máximo	
2.29	Curso de Pós-graduação ou aperfeiçoamento cursando na área afim.	0,01 cada		
2.30	Graduação em outra área (para mais de uma graduação).	0,01 cada	0,1 no máximo	
2.31	Participação em evento de curta duração na área ou em área afim.	0,005 cada		
2.32	Atividades docentes não-universitária na área ou em área afim.	0,01 por semestre	0,1 no	
2.33	Docência em curso de treinamento ou extensão, em nível não universitário.	0,02 cada	máximo	
2.34	Aprovação em concurso público na área ou em área afim.	0,005 cada	0,05 no máximo	
2.35	Atividade profissional não-docente na área	0,01 cada	0,05 no máximo	
2.36	Estágio extracurricular na área afim.	0,02 cada		
2.37	Exercício de monitoria na área ou área afim.	0,02 cada	0,1 no	
2.38	Participação em projeto de ensino, pesquisa ou extensão, enquanto acadêmico.	0,05 cada	máximo	
2.39	Prêmio, distinção e láurea por trabalho técnico e científico na área.	0,005 cada	0,05 no	
2.40	Outra atividade na área ou área afim.	0,003 cada	máximo	
2.41	Outra atividade.	0,003 cada		